

## **Desemprego Zero e a Agenda Brasil**

Luiz Fernando de Paula\*

Por iniciativa do jornalista e economista José Carlos de Assis está sendo lançado o Movimento “Desemprego Zero: por uma política econômica de promoção do pleno emprego”, que já conta com o apoio de um número importante de conhecidos economistas, em particular da UNICAMP e da UFRJ (o leitor pode obter maiores informações no site: <http://www.desempregozero.org.br>). Este movimento tem como ponto de partida, de acordo com o seu manifesto, o “reconhecimento de que o desemprego, nos níveis atuais, constitui o foco da crise social brasileira”, uma vez que “em algumas regiões metropolitanas, como São Paulo, [a taxa de desemprego] ultrapassa os 20%”. Um dos pressupostos fundamentais do Movimento Desemprego Zero é que o elevado nível de desemprego no Brasil é uma consequência direta da política macroeconômica, em especial da política fiscal de altos superávites primários e da política monetária de juros elevadíssimos.

Esta análise encontrou eco nas palavras do empresário Antônio Ermírio de Moraes, que afirmou recentemente, no Jornal do Brasil (24/10/2003), ao criticar o programa Fome Zero, que o maior problema do Brasil é o desemprego. Para tanto, cobrou medidas mais práticas do governo, como a implementação de política industrial para aumentar a produção, ao mesmo tempo que demonstrou seu ceticismo quanto a visão “espontaneísta” que acredita que o Brasil está pronto para crescer de forma sustentada: “Acho que, às vezes, Brasília pensa que é assim: vai começar o espetáculo do crescimento, toca uma buzina e pronto. Não é assim”.

A estratégia de crescimento do atual governo tem como pressuposto uma velha crença liberal de que as livres forças de mercado, isentas da intervenção do governo, movem a economia na direção do pleno emprego. Esta perspectiva se confronta com a visão keynesiana, que defende a adoção de políticas econômicas dirigidas a aumentar o nível de gastos na economia, de modo a criar um ambiente estável e seguro que estimule os empresários a realizar novos investimentos. O pressuposto básico é que os níveis de emprego e utilização da capacidade produtiva da economia dependem dos determinantes da demanda agregada, principalmente da decisão de investimento dos empresários.

É evidente que, no caso brasileiro, a economia está crescendo a um ritmo muito inferior ao potencial do produto – estimado entre 4,5 a 5% ao ano - devido a insuficiência

---

\* Professor da Faculdade de Economia da UERJ. E-mail: [lfpaula@alternex.com.br](mailto:lfpaula@alternex.com.br)

de demanda agregada, a qual resulta de uma combinação entre política fiscal e monetária contracionistas. Esta, por sua, acarreta um volume de demanda efetiva insuficiente para gerar a plena utilização da capacidade produtiva, condição *sina qua non* para a retomada do investimento produtivo no país. Essa insuficiência de demanda agregada se reflete num baixo grau de utilização da capacidade produtiva, inferior a 81% no primeiro trimestre de 2003, de acordo com dados do IPEADATA.

A superação do viés estagnacionista, gerador de desemprego, e do comportamento de “stop-and-go” que tem caracterizado a economia brasileira nos últimos anos requer uma mudança na condução da política econômica que têm sido adotada no Brasil. No livro “Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços”, que organizo conjuntamente com João Sicsú e José Luís Oreiro, desenvolvemos uma alternativa de política econômica voltada para o crescimento do emprego e da renda, de forma compatível com a estabilidade de emprego e o equilíbrio do balanço de pagamentos. Defendemos um caminho sem rupturas, ainda que reformista.

A estratégia defendida está baseada em cinco pilares principais: (i) redução do superávit primário para patamares bem abaixo de 4,25% do PIB os próximos 10 anos, com níveis determinados pelas condições econômicas vigentes (capacidade ociosa, desemprego etc.); (ii) adoção de um sistema de câmbio administrado, no qual o Banco Central procura fixar a taxa de desvalorização do câmbio tendo em vista a estabilidade da taxa real de câmbio e da taxa de inflação; (iii) redução da taxa nominal de juros para um patamar compatível com a obtenção de uma taxa real de juros de 6,0% ao ano; (iv) adoção de controles de entrada e saída de capitais de curto prazo, cujo objetivo é desvincular a taxa doméstica de juros da “camisa de força” imposta pela paridade descoberta da taxa de juros; (v) implementação de uma política industrial ativa.

Em outras palavras trata-se de implementar uma política econômica que permita compatibilizar, ao mesmo tempo, equilíbrio externo (manutenção de déficits em conta corrente em níveis relativamente baixos e diminuição da volatilidade na taxa de câmbio) com equilíbrio interno (dívida pública sustentável e taxa de inflação sob controle). Para tanto, é fundamental que o país tenha um câmbio competitivo e uma taxa real de juros baixa. Somente, assim, serão criadas condições para o país alcançar um crescimento econômico sustentado que permita gerar o volume de emprego necessário para a superação da atual crise social brasileira.